



RESOLUÇÃO CEAS/SC N° 10 DE 20 DE ABRIL DE 2023

Dispõe sobre a aprovação os critérios, prazos e procedimentos do repasse de recursos Estaduais alocados no Fundo Estadual de Assistência Social de Santa Catarina - FEAS/SC para o Cofinanciamento Estadual de 2023, para os Serviços de Proteção Social Básica, Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, Benefícios Eventuais e Incentivo à Gestão do SUAS.

O Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina – CEAS/SC, em Reunião Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2023, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n° 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS alterada pela Lei n° 12.435 de 06 de julho de 2011 e pela Lei Estadual n° 10.037, de 26 de dezembro de 1995 que dispõe sobre a organização da assistência social no Estado e institui o Conselho Estadual de Assistência Social CEAS/SC;

CONSIDERANDO, a Lei n° 8.742, de 7 de dezembro de 1993, alterada pela Lei n° 12.435, de 6 de julho de 2011, Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, em especial: o inciso I do art.13 que trata sobre a competência do Estado destinar recursos financeiros aos municípios, a título de participação no custeio dos Benefícios Eventuais; o inciso II do art. 13 que dispõe sobre a competência do Estado cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito regional ou local; o art. 22 que entende por Benefícios Eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e são prestadas aos cidadãos e as famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de emergência e calamidade pública;

CONSIDERANDO, a Resolução n° 145, de 15 de outubro de 2004, do CNAS, que aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS;

CONSIDERANDO, a Resolução n° 269, de 13 de dezembro de 2006, do CNAS, que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB/RH/SUAS;

CONSIDERANDO, a Resolução n° 212, de 19 de outubro de 2006, do



CNAS, que propõe critérios orientadores para a regulamentação da provisão de Benefícios Eventuais, no âmbito da Política Pública de Assistência Social;

CONSIDERANDO, o Decreto Federal nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre os Benefícios Eventuais, de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

CONSIDERANDO, a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do CNAS, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

CONSIDERANDO, a Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do CNAS, que aprova a NOB/SUAS, em especial: o inciso II do art. 15 que trata da responsabilidade do Estado de cofinanciar, por meio de transferência regular e automática, na modalidade fundo a fundo, os serviços, programas, projetos e benefícios eventuais e o aprimoramento da gestão, em âmbito regional e local; e o inciso VI do art. 137 que dispõe sobre a competência da CIB em pactuar critérios, estratégias e procedimentos de repasse de recursos estaduais para o cofinanciamento de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais aos municípios;

CONSIDERANDO, a Lei nº 17.819, de 9 de dezembro de 2019 que institui o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS-SC e estabelece outras providências, que apresenta: Art. 1º - Fica instituído o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS- SC, sob a orientação e o controle do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, com o objetivo de destinar recursos para o financiamento da gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e dos serviços, dos programas, dos projetos e dos benefícios da área da assistência social;

CONSIDERANDO, a Resolução CEAS/SC Nº 05 de 20 de Maio de 2022 que aprovou “ad referendum” a pactuação do cofinanciamento para o exercício de 2022 dos critérios, prazos e procedimentos do repasse de recursos estaduais, alocados no Fundo Estadual de Assistência Social de Santa Catarina - FEAS/SC, para os Serviços de Proteção Social Básica, Proteção Social, Especial de Média e Alta Complexidade e Benefícios Eventuais, em especial o parágrafo único do artigo 2º - Parágrafo Único: Considerando o ofício CEAS/SDS nº 10/2022, que aprova a prorrogação do prazo até 30 de junho de 2023, para que os municípios finalizem as alterações necessárias em suas legislações de Benefícios Eventuais os municípios que optarem pelos recursos para benefícios eventuais, excepcionalmente para o cofinanciamento de 2022, devem desconsiderar o art. 25 da Resolução CEAS/SC no 04, de 22 de abril de 2020;

CONSIDERANDO, a Resolução nº 16 de 16 de novembro de 2022, do CEAS, que dispõe sobre a Regulamentação, Concessão e Cofinanciamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política Pública Estadual de Assistência Social;

CONSIDERANDO, a Resolução da CIB nº 003/2023, de 22 de março de 2023 que dispõe sobre a Pactuação do Cofinanciamento no Exercício 2023 - Critérios, Prazos e Procedimentos do Repasse de Recursos Estaduais Alocados no Fundo Estadual de Assistência Social de Santa Catarina - FEAS/SC, para os Serviços de Proteção Social Básica, Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, Serviços de



Proteção Social Especial de Alta Complexidade, Benefícios Eventuais e Incentivo à Gestão do SUAS; e

CONSIDERANDO, as análises realizadas em reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento do SUAS do CEAS/SC realizada no dia 19 de abril de 2023;

RESOLVE:

CAPÍTULO

I OBJETO

Art. 1º Aprovar os critérios, prazos e procedimentos para o cofinanciamento estadual dos Serviços da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade, Proteção Social Especial de Alta Complexidade, Incentivo à Gestão do SUAS e Benefícios Eventuais no valor total de R\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais), referentes aos recursos estaduais alocados no FEAS/SC para o exercício de 2023

CAPÍTULO II

DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Art.2º. São elegíveis para o cofinanciamento estadual:

I - Da Proteção Social Básica: os municípios que possuem Centro de Referência de Assistência Social – CRAS ativos no Sistema de Cadastro Nacional do SUAS – CadSUAS, até a data de publicação desta resolução;

II- Da Proteção Social Especial de Média Complexidade: os municípios que possuem Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS ou equipe/técnico de referência da Proteção Social Especial;

III - Da Proteção Social Especial de Alta Complexidade: os municípios que ofertam serviços de acolhimento, que tenham equipe técnica de referência de Alta Complexidade, ou equipe técnica para o Serviço de Família Acolhedora, ou que comprovem acolhimento através de contrato, consórcio ou convênio;

IV- Dos Benefícios Eventuais: todos os municípios que atendam aos critérios estabelecidos na Resolução do CEAS/SC nº16 de novembro de 2022;

V - Incentivo à Gestão do SUAS: aos municípios que utilizarem o recurso no fomento e desenvolvimento das ações das Secretarias Municipais de Assistência Social.

CAPÍTULO III

DOS CRITÉRIOS DE PARTILHA DOS RECURSOS



Art. 3º. Os recursos do cofinanciamento estadual serão partilhados entre os municípios definidos por Porte.

Art. 4º. Aos municípios de PPI serão repassados 49% do valor total cofinanciado, no valor de R\$ 26.950.000,00 dividido da seguinte forma:

§1º. Para o Piso Fixo da Proteção Social Básica será aplicado 31% representando o valor de R\$ 8.354.500,00, dividido entre os 237 equipamentos CRAS distribuídos entre os municípios deste porte, e observando a exigência de equipe mínima conforme previsto na NOB/RH/SUAS, representando o valor de R\$ 35.251,05 por unidade CRAS.

§2º. Para o Piso Variável será aplicado 69% representando o valor de R\$ 18.595.500,00, distribuído entre os **234** municípios deste porte que ofertarem os respectivos serviços, da seguinte forma:

I - 12% Piso de Proteção Social Básica Variável, no valor de R\$ 2.231.460,00. Sendo:

- a) 45% aos municípios que ofertam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para o público Crianças e Adolescentes no valor de R\$ 1.004.157,00;
- b) 10% aos municípios que ofertam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para o público Adulto no valor de R\$ 223.146,00;
- c) 20% aos municípios que ofertam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para o público Idoso no valor de R\$ 446.292,00;
- d) 25% ao Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiências e Idosas - PSBD, no valor de R\$ 557.865,00.

§3º. Para o Piso de Proteção Social Especial de Média Complexidade será aplicado 20% no valor de R\$ 3.719.100,00, divididos da seguinte forma:

I - 37% Piso Fixo CREAS no valor de R\$1.376.067,00 divididos para 33 equipamentos, distribuídos entre os 234 municípios deste porte, representando o valor de R\$ 41.699,00 por unidade CREAS;

II - 63% Piso Variável no valor de R\$ 2.343.033,00 divididos para 234 municípios, sendo:

a) 65% para municípios que executam atendimento com Equipe de Referência de Proteção Social Especial de Média Complexidade, no valor de R\$ 1.522.971,45.

b) 10% para municípios que executam Serviço Especializado de Abordagem Social, no valor de R\$ 234.303,30.

c) 20% para municípios que executam Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA e de



Prestação de Serviços à Comunidade – PSC, no valor de R\$ 468.606,60.

d) 5% para municípios que executam Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, no valor de R\$ 117.151,65.

III – Município contemplado com a Regionalização e que tenham equipe exclusiva de PSE receberá 50% do valor de 63% do Piso Variável, divididos entre os 234 municípios.

§4º. Para o Piso de Proteção Social Especial de Alta Complexidade será aplicado 25% no valor de R\$ 4.648.875,00 divididos entre os 234 municípios deste porte, perfazendo o valor unitário de R\$19.866,99. São critérios para o repasse:

I - Comprovar Acolhimento Institucional, Contrato, Convênio, Consórcio; ou

II - Equipe de Alta Complexidade; ou

III - Equipe de Família Acolhedora.

§5º. Para o Piso Variável de Benefícios Eventuais será aplicado 40% no valor de R\$ 7.438.200,00, divididos entre os 234 municípios deste porte perfazendo o valor de R\$ 31.787,18 por município.

I - Fica atrelado ao repasse dos pisos a adequação da Lei municipal, conforme a Resolução CEAS nº16/2022.

§6º. O Incentivo a Gestão do SUAS será de 3% do Piso Variável no valor de R\$ 557.865,00 dividido entre os 234 municípios deste porte perfazendo o valor de R\$ 2.384,04 por município.

Art. 5º. Aos municípios de PPII serão repassados 17% do valor total cofinanciado no valor de R\$ 9.350.000,00, dividido da seguinte forma:

§1º. Para o Piso Fixo da Proteção Social Básica será aplicado 22% representando o valor de R\$ 2.057.000,00, dividido entre os 46 equipamentos CRAS, distribuídos entre os municípios deste porte, observando a exigência de equipe mínima conforme previsto na NOB RH, representando o valor de R\$ 44.717,39 por unidade CRAS.

§2º. Para o Piso Variável será aplicado 78% representando o valor de R\$ 7.293.000,00, distribuído entre os 34 municípios deste porte, da seguinte forma:

I - 5% Piso de Proteção Social Básica Variável, no valor de R\$ 364.650,00, sendo:

- a) 45% aos municípios que ofertam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para o público Crianças e Adolescentes no valor de R\$164.092,50;
- b) 10% aos municípios que ofertam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para o público Adulto no valor de R\$ 36.465,00;
- c) 20% aos municípios que ofertam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de



Vínculos para o público Idoso no valor de R\$ 72.930,00;

- d) 25% ao Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiências e Idosas - PSBD, no valor de R\$ 91.162,50.

§3º. Para o Piso de Proteção Social Especial de Média Complexidade será aplicado 31% no valor de R\$ 2.260.830,00, divididos da seguinte forma:

I - 83% Piso Fixo CREAS no valor de R\$ 1.876.488,90 divididos entre os 33 equipamentos, distribuídos entre os municípios deste porte, representando o valor de R\$ 56.863,30 por unidade CREAS;

II - 17% Piso Variável no valor de R\$ 384.341,10 dividido entre os 34 municípios, sendo:

a) 65% para municípios que executam atendimento com Equipe de Referência de Proteção Social Especial de Média Complexidade, no valor de R\$ 249.821,72.

b) 10% para municípios que executam Serviço Especializado de Abordagem Social, no valor de R\$ 38.434,11.

c) 20% para municípios que executam Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação Serviços à Comunidade (PSC) no valor de R\$ 76.868,22.

d) 5% para municípios que executam Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, no valor de R\$ 19.217,06.

§4º. Para o Piso de Proteção Social Especial de Alta Complexidade será aplicado 32% no valor de R\$ 2.333.760,00 divididos entre os 34 municípios deste porte, perfazendo o valor unitário de R\$ 68.640,00. São critérios para o repasse:

- I. Comprovar Acolhimento Institucional, Contrato, Convênio, Consórcio; ou
- II. Equipe de Alta Complexidade; ou
- III. Equipe Família Acolhedora.

§5º. Para o Piso de Benefícios Eventuais será aplicado 30% no valor de R\$ 2.187.900,00, dividido entre os 34 municípios deste porte perfazendo o valor unitário de R\$ 64.350,00.

I - Fica atrelado ao repasse dos pisos a adequação da Lei municipal, conforme a Resolução CEAS nº16/2022.

§6º. O Incentivo à Gestão do SUAS será de 2% do Piso Variável no valor de R\$ 145.860,00 dividido entre os 34 municípios perfazendo o valor de R\$ 4.290,00 por município deste porte.

Art. 6º. Aos municípios de Médio Porte serão repassados 14% no valor total cofinanciado



representando R\$ 7.700.000,00, sendo 2% deste valor direcionado para os equipamentos Centro Pop e Centro Dia, totalizando o valor de R\$ 154.000,00 a ser distribuído entre estes equipamentos municipais.

O restante do valor, R\$ 7.546.000,00, será dividido da seguinte forma:

§1º. Para o Piso Fixo da Proteção Social Básica será aplicado 26% representando o valor de R\$ 1.961.960,00, dividido entre os 38 equipamentos CRAS distribuídos em municípios deste porte, observando a exigência de equipe mínima conforme previsto na NOB RH, representando o valor de R\$ 51.630,53, por unidade CRAS.

§2º. Para o Piso Variável será aplicado 74% representando o valor de R\$ 5.584.040,00, distribuído entre os 15 municípios deste porte, da seguinte forma:

I - 7% Piso de Proteção Social Básica Variável, no valor de R\$ 390.882,80, sendo:

- a) 45% aos municípios que ofertam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para o público Crianças e Adolescentes no valor de R\$ 175.897,26;
- b) 10% aos municípios que ofertam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para o público Adulto no valor de R\$ 39.088,28;
- c) 20% aos municípios que ofertam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para o público Idoso no valor de R\$ 78.176,56;
- d) 25% ao Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiências e Idosas - PSBD, no valor de R\$ 97.720,70.

§3º. Para o Piso de Proteção Social Especial de Média Complexidade será aplicado 20% no valor de R\$ 1.116.808,00, dividido entre os 16 equipamentos de CREAS distribuídos entre os municípios deste porte, sendo:

I - 73% Piso Fixo CREAS no valor de R\$ 815.269,84 divididos entre os 16 equipamentos;

II - 27% Piso Variável no valor de R\$ 301.538,16 divididos entre os 15 municípios, sendo:

a) 35% para municípios que executam Serviço Especializado de Abordagem Social, no valor de R\$ 105.538,36.

b) 35% para municípios que executam Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) no valor de R\$ 105.538,36.

c) 30% para municípios que executam o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, no valor de R\$ 90.461,45.

§4º. Para o Piso de Proteção Social Especial de Alta Complexidade será aplicado 31% no valor de R\$ 1.731.052,40 dividido entre os 15 municípios, perfazendo o valor



unitário de R\$ 115.403,49. São critérios para o repasse:

- I - Comprovar Acolhimento Institucional, Contrato, Convênio, Consórcio; ou II - Equipe Exclusiva de Alta Complexidade; ou
- III – Equipe de Família Acolhedora.

§5º. Para o Piso de Benefícios Eventuais será aplicado 40% do valor de R\$ 2.233.616,00, dividido entre os 15 municípios perfazendo o valor unitário de R\$ 148.907,73.

I - Fica atrelado ao repasse dos pisos a adequação da Lei municipal, conforme a Resolução CEAS nº16/2022.

§6º O Incentivo à Gestão do SUAS será de 2% do Piso Variável no valor de R\$ 111.680,80 dividido entre os 15 municípios perfazendo o valor de R\$ 7.445,39 por município.

Art.7º Aos municípios de Grande Porte será repassado 20% do valor total cofinanciado representando R\$ 11.000.000,00, sendo 3% deste valor direcionado para os equipamentos Centro Pop e Centro Dia, totalizando o valor de R\$ 330.000,00, a ser distribuído entre estes equipamentos municipais.

O restante do valor: R\$ 10.670.000,00, será dividido da seguinte forma:

§1º Para o Piso Fixo da Proteção Social Básica será aplicado 37% representando o valor de R\$ 3.947.900,00, dividido entre os 74 equipamentos CRAS, distribuídos nos municípios deste porte, observando a exigência de equipe mínima conforme previsto na NOB RH, representando o valor de R\$ 53.350,00 por unidade CRAS.

§2º Para o Piso Variável será aplicado 63% do valor de R\$ 6.722.100,00, distribuído para os 12 municípios deste porte, da seguinte forma:

I - 6% Piso de Proteção Social Básica Variável, no valor de R\$ 403.326,00, sendo:

- a) 45% aos municípios que ofertam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para o público Crianças e Adolescentes no valor de R\$ 181.496,70;
- b) 10% aos municípios que ofertam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para o público Adulto no valor de R\$ 40.332,60;
- c) 20% aos municípios que ofertam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para o público Idoso no valor de R\$ 80.665,20
- d) 25% ao Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiências e Idosas – PSBD, no valor de R\$ 100.831,50.

§3º Para o Piso de Proteção Social Especial de Média Complexidade será aplicado 23%



do valor de R\$ 1.546.083,00, distribuídos entre os 12 municípios deste porte, sendo:

I - 80% Piso Fixo CREAS no valor de R\$ 1.236.866,40 divididos entre os 23 equipamentos, representando o valor de R\$ 56.221,20 por unidade CREAS;

II - 20% Piso Variável no valor de R\$ 309.216,60 divididos entre os 12 municípios deste porte, sendo:

a) 35% para municípios que executam Serviço Especializado de Abordagem Social, no valor de R\$ 108.225,81.

b) 35% para municípios que executam Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) no valor de R\$ 108.225,81.

c) 30% para municípios que executam Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, no valor de R\$ 92.764,98.

§4º. Para o Piso de Proteção Social Especial de Alta Complexidade será aplicado 29% do valor de R\$ 1.949.409,00 divididos entre os 12 municípios deste porte, perfazendo o valor unitário de R\$ 162.450,75. São critérios para o repasse:

I - Comprovar Acolhimento Institucional, Contrato, Convênio, Consórcio; ou

II - Equipe Exclusiva de Alta Complexidade; ou

III - Equipe de Família Acolhedora.

§5º. Para o Piso de Benefícios Eventuais será aplicado 40% no valor de R\$ 2.688.840,00, dividido entre os 12 municípios deste porte, perfazendo o valor unitário de R\$ 224.070,00.

I - Fica atrelado ao repasse dos pisos a adequação da Lei municipal, conforme a Resolução CEAS nº16/2022.

§6º. O Incentivo à Gestão do SUAS será de 2% do Piso Variável no valor de R\$ 134.442,00 dividido entre os 12 municípios deste porte, perfazendo o valor de R\$ 11.203,50 por município.

Art. 8º. O total dos recursos não repassados devido a não habilitação dos municípios será redistribuído para os municípios que executam os serviços e estejam habilitados na data de entrega do Plano de Ação, respeitando o porte ao qual foram destinados tais recursos.

I - A redistribuição dos recursos será repactuada na reunião da CIB imediatamente anterior a última parcela;

II - O Órgão Gestor Estadual deverá encaminhar formalmente ao Conselho Estadual de Assistência Social as planilhas de distribuição e redistribuição dos recursos conforme



critérios de partilha estabelecidos nesta Resolução, para deliberação deste.

CAPÍTULO IV DA UTILIZAÇÃO DO RECURSO

Art. 9º. Os recursos do cofinanciamento estadual da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média Complexidade, Proteção Social Especial de Alta Complexidade, Benefícios Eventuais e Incentivo de Gestão do SUAS, deverão ser aplicados exclusivamente nos blocos de proteção para os quais se destinam, observando a observando a LOAS, PNA, NOB/RH/SUAS, Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o Decreto Federal nº 6.307/2007, NOB/SUAS-2012, Resolução CEAS nº 16 de novembro 2022, e demais normativas do SUAS vigentes.

I – Os recursos poderão ser executados com despesas de custeio ou despesas de investimento conforme a necessidade do município.

Art. 10. O Cofinanciamento estadual poderá ser aplicado no pagamento dos profissionais que integram as equipes de referência dos Serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, observando o bloco de proteção ao qual o recurso pertence.

Art.11. Os recursos do cofinanciamento, mediante Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS poderão ser destinados às entidades de Assistência Social que executam os serviços cofinanciados, assegurada a inscrição de tais entidades nos CMAS e a referência destas aos respectivos equipamentos socioassistenciais (CRAS ou CREAS), conforme legislação vigente.

Art. 12. O Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS fica autorizado a reprogramar para o próximo exercício a totalidade do saldo remanescente existente em 31 de dezembro de cada ano dos repasses, observando-se o seguinte:

- I – Os recursos deverão obrigatoriamente ser reprogramados dentro do bloco de proteção aos quais foram originalmente destinados;
- II - Somente será permitido o pagamento de Restos a Pagar que tenham sido devidamente empenhados no exercício findo e liquidados até a data limite de 31 de janeiro do ano subsequente;
- III - empenhos não liquidados até a data limite serão devidamente estornados.

CAPÍTULO V DA RESPONSABILIDADE DO ENTE MUNICIPAL

Art. 13. É de responsabilidade do município a execução dos serviços de Proteção Social



Básica e Proteção Social Especial de Média Complexidade, Proteção Social Especial de Alta Complexidade, Benefícios Eventuais e Gestão do SUAS – observando a LOAS, PNA, NOB/RH/SUAS, Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o Decreto Federal nº 6.307/2007, NOB/SUAS-2012, Resolução CEAS nº 16 de novembro 2022, e demais normativas do SUAS vigentes.

§1º O município tem a responsabilidade de verificar o recebimento dos recursos nas contas bancárias informadas e de comunicar a Gestão do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS/SC caso ocorra alguma inconsistência.

§2º O município tem a responsabilidade de preencher e enviar o questionário base para habilitação ao cofinanciamento, disponibilizado em sítio eletrônico pela Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família para acompanhamento da prestação de serviços, até a data estipulada pelo Estado de Santa Catarina, pelo *Portal de Serviços do Governo do Estado* (*sc.gov.br*).

Art. 14. O município deverá efetuar as adequações necessárias conforme as orientações e Plano de Adequações elaborado pela Equipe técnica Estadual, dentro dos prazos estipulados e instrumentais adotados, sob pena de suspensão do repasse financeiro.

Art. 15. O município elegível ao cofinanciamento para a Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade, Proteção Social Especial de Alta Complexidade, Benefícios Eventuais e Incentivo a Gestão do SUAS, deverá entregar toda a documentação solicitada pelo órgão gestor estadual, respeitando os prazos dispostos na presente Resolução.

CAPÍTULO VI DA RESPONSABILIDADE DO ENTE ESTADUAL

Art.16. É de responsabilidade do Estado efetuar o repasse financeiro do Cofinanciamento Estadual do SUAS aos municípios pela modalidade Fundo a Fundo.

Art.17. É de responsabilidade do Estado prestar apoio técnico aos municípios.

Art.18. É de responsabilidade do Estado disponibilizar o formulário para que o município apresente relatório de acompanhamento da prestação dos serviços.

Art.19. É de responsabilidade do Estado, por meio da Diretoria de Assistência Social, realizar visitas técnicas aos municípios, para monitoramento, por amostragem e Porte.

§1º Essa avaliação será feita por meio do monitoramento realizado pelo Estado a partir de visitas técnicas, avaliação técnica, contato com os municípios e demais instrumentos e ferramentas a critérios do Estado para a realização de tal ação.



Art. 20. É de responsabilidade do Estado estabelecer prazos e formas para a apresentação do relatório de acompanhamento da prestação dos serviços e da prestação de contas pelos municípios.

CAPÍTULO VII DA RESPONSABILIDADE DO CMAS

Art. 21. Ao CMAS cabe acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais, o desempenho dos serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média Complexidade, Proteção Social Especial de Alta Complexidade, Benefícios Eventuais e Gestão do SUAS.

Art. 22. O CMAS deverá verificar a regulamentação dos Benefícios Eventuais no respectivo Município, acerca dos critérios e prazos para sua concessão, observando a Resolução nº 16/2022 do CEAS/SC.

CAPÍTULO VIII DOS PRAZOS E PROCEDIMENTOS

Art. 23. A SAS/SC, por meio da Gestão do FEAS/SC, fará a comunicação aos municípios elegíveis por publicação no site eletrônico desta Secretaria:

- I - da abertura do prazo;
- II- das Resoluções CIB e CEAS que pactuam e deliberam o cofinanciamento;
- III - da relação de municípios elegíveis e dos valores correspondentes, conforme planilha em anexo;
- IV - das orientações quanto ao envio da documentação;
- V - da relação de documentos necessários; e
- VI - do status de cada município em relação à documentação entregue.

Parágrafo único: A comunicação de que trata o *caput* desse artigo será realizada por meio do site eletrônico Portal de Serviços do Governo do Estado (sc.gov.br), em parte específica para o cofinanciamento socioassistencial 2023.

Art. 24. O município terá o prazo de 20 (vinte) dias corridos para o envio da documentação, por meio de site eletrônico previamente divulgado, após o término do prazo para o preenchimento do questionário base de habilitação do cofinanciamento, contados a partir da publicação da Resolução do CEAS no Diário Oficial do Estado.

§1º Cabe ao município à responsabilidade pela comprovação do envio ou do protocolo



da documentação ao órgão gestor estadual.

§2º A Gestão do FEAS, poderá autorizar o encaminhamento da documentação, mesmo após o fim do prazo estipulado, desde que exista um motivo de força maior que justifique o atraso.

Art. 25. A SAS/SC terá até 30 (trinta) dias corridos, a partir do prazo estipulado para o envio da documentação para habilitação ao cofinanciamento estadual pelos municípios, para proceder à análise e manifestação sobre a documentação, quanto às exigências formais, salvo imprevistos.

§1º Constatadas inconsistências na documentação de que se trata o caput deste artigo, o gestor municipal será notificado por meio de publicação no sítio eletrônico da SAS/SC.

§2º A SAS/SC terá até 10 (dez) dias corridos da data de recebimento de todas as retificações encaminhadas, salvo imprevistos, para proceder à análise e manifestação conclusiva sobre a regularização das pendências.

Art. 26. A Gestão do FEAS publicará no site eletrônico da SAS/SC informando a situação de cada processo, do seguinte modo:

- I - habilitado: quando os documentos apresentados estiverem completos e regulares;
- II - pendente: quando houver pendências e/ou a documentação estiver incompleta; e
- III - não habilitado: quando a documentação não respeitar os critérios estabelecidos por esta Resolução.

Parágrafo único: Os municípios considerados não habilitados perderão os recursos do cofinanciamento estadual de que trata esta Resolução.

Art. 27. Quaisquer alterações e/ou situações referentes ao Cofinanciamento Estadual, que não constem nesta Resolução, serão definidas e pactuadas em Reuniões da Comissão Intergestores Bipartite – CIB e apreciadas e deliberadas no CEAS/SC.

CAPÍTULO IX DO BLOQUEIO DE RECURSOS

Art. 28. O município poderá ter o recurso de cofinanciamento estadual de cada área bloqueado ou devolvido quando:

- I – não atender as responsabilidades previstas pela legislação vigente na oferta e execução da respectiva área cofinanciada (Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade, Proteção Social Especial de Alta Complexidade, Benefícios Eventuais e Gestão do SUAS) previstas nesta resolução;
- II – for constatada violação de Direitos Humanos em qualquer serviço ofertado no SUAS;



III – for constatada a não adequação na oferta dos Serviços Socioassistenciais;

IV – for constatado que o município não efetuou as adequações necessárias conforme as orientações e Plano de Adequações elaborado pela Equipe técnica Estadual, dentro dos prazos estipulados e instrumentais adotados.

Art. 29. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis (SC), 20 de abril de 2023.

Norma Suely de Souza Carvalho
Presidenta do CEAS/SC
(assinado digitalmente)



Assinaturas do documento



Código para verificação: **Y884K8EF**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



NORMA SUELY DE SOUZA CARVALHO (CPF: 473.XXX.406-XX) em 24/04/2023 às 14:35:44

Emitido por: "AC DIGITALSIGN RFB G2", emitido em 28/10/2022 - 12:33:40 e válido até 28/10/2023 - 12:33:40.

(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0RTXzcwMDRfMDAwMDAxMzBfMTMwXzlwMjNfWTg4NEs4RUY=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SDS 00000130/2023** e o código **Y884K8EF** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

COFINANCIAMENTO ESTADUAL 2023

| Município | Porte | Proteção Social Básica | Proteção Social Especial de Média Complexidade | Proteção Social Especial de Alta Complexidade | Benefícios Eventuais | Incentivo à Gestão | TOTAL |
|---------------------------|--------------|-------------------------------|---|--|-----------------------------|---------------------------|--------------|
| Abdon Batista | PP1 | 42.403,16 | 6.508,41 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 102.949,76 |
| Abelardo Luz | PP1 | 44.787,20 | 49.984,86 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 148.810,24 |
| Agrolândia | PP1 | 42.403,16 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.952,35 |
| Agrolômica | PP1 | 39.542,32 | 2.002,58 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 95.583,08 |
| Água Doce | PP1 | 41.473,39 | 0,00 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 95.511,58 |
| Águas de Chapecó | PP1 | 42.403,16 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.952,35 |
| Águas Frias | PP1 | 44.787,20 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 107.336,39 |
| Águas Mornas | PP1 | 37.635,08 | 2.002,58 | 0,00 | 31.787,17 | 2.384,03 | 73.808,88 |
| Alfredo Wagner | PP1 | 37.635,08 | 9.512,30 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 101.185,57 |
| Alto Bela Vista | PP1 | 41.926,36 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.475,55 |
| Anchieta | PP1 | 41.926,36 | 10.012,95 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 105.977,49 |
| Angelina | PP1 | 35.251,04 | 0,00 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 89.289,22 |
| Anita Garibaldi | PP1 | 39.542,32 | 6.508,41 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 100.088,91 |
| Anitápolis | PP1 | 35.251,04 | 0,00 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 89.289,22 |
| Antônio Carlos | PP1 | 40.495,93 | 32.711,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 127.245,12 |
| Apiúna | PP1 | 35.251,04 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 97.800,23 |
| Arabutã | PP1 | 41.926,36 | 2.002,58 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 97.967,13 |
| Araquari | PP2 | 97.478,52 | 66.471,82 | 68.640,00 | 64.350,00 | 4.290,00 | 301.230,34 |
| Araranguá | MÉDIO | 62.033,14 | 65.026,14 | 115.403,48 | 148.907,72 | 7.445,37 | 398.815,86 |
| Armazém | PP1 | 41.473,39 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.022,58 |
| Arroio Trinta | PP1 | 42.403,16 | 2.002,58 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 98.443,93 |
| Arvoredo | PP1 | 39.542,32 | 0,00 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 93.580,50 |
| Ascurra | PP1 | 37.635,08 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 100.184,27 |
| Atalanta | PP1 | 44.787,20 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 107.336,39 |
| Aurora | PP1 | 43.857,43 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 106.406,62 |
| Balneário Arroio do Silva | PP1 | 44.787,20 | 9.512,30 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 108.337,68 |
| Balneário Barra do Sul | PP1 | 43.857,43 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 106.406,62 |
| Balneário Camboriú | GRANDE | 238.607,87 | 81.989,25 | 162.450,75 | 224.070,00 | 11.203,50 | 718.321,37 |
| Balneário Gaivotas | PP1 | 44.787,20 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 107.336,39 |
| Balneário Piçarras | PP1/PP2 | 84.790,97 | 56.327,11 | 37.425,26 | 43.509,79 | 3.070,18 | 225.123,31 |
| Balneário Rincão | PP1 | 38.111,89 | 48.983,57 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 141.133,65 |
| Bandeirante | PP1 | 41.926,36 | 9.512,30 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 105.476,85 |
| Barra Bonita | PP1 | 42.403,16 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.952,35 |
| Barra Velha | PP2 | 55.442,38 | 67.037,02 | 68.640,00 | 64.350,00 | 4.290,00 | 259.759,40 |
| Bela Vista do Toldo | PP1 | 41.473,39 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.022,58 |
| Belmonte | PP1 | 44.787,20 | 2.002,58 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 100.827,96 |
| Benedito Novo | PP1 | 37.182,12 | 2.002,58 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 93.222,88 |
| Biguaçu | MÉDIO | 112.339,80 | 71.056,90 | 115.403,48 | 148.907,72 | 7.445,37 | 455.153,27 |
| Blumenau | GRANDE | 407.060,50 | 162.410,44 | 162.450,75 | 224.070,00 | 11.203,50 | 967.195,19 |
| Bocaina do Sul | PP1 | 44.787,20 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 107.336,39 |
| Bom Jardim da Serra | PP1 | 44.787,20 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 107.336,39 |
| Bom Jesus | PP1 | 44.787,20 | 10.012,95 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 108.838,33 |
| Bom Jesus do Oeste | PP1 | 41.473,39 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.022,58 |
| Bom Retiro | PP1 | 40.472,09 | 9.512,30 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.022,57 |
| Bombinhas | PP1/PP2 | 45.160,53 | 56.327,11 | 37.425,26 | 43.509,79 | 3.070,18 | 185.492,87 |
| Botuverá | PP1 | 44.787,20 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 107.336,39 |
| Braço do Norte | PP2 | 54.396,69 | 67.602,23 | 68.640,00 | 64.350,00 | 4.290,00 | 259.278,92 |
| Braço do Trombudo | PP1 | 37.635,08 | 9.011,65 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 100.684,92 |
| Brunópolis | PP1 | 42.403,16 | 6.508,41 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 102.949,76 |
| Brusque | GRANDE | 131.907,87 | 98.458,83 | 162.450,75 | 224.070,00 | 11.203,50 | 628.090,95 |
| Caçador | MÉDIO | 170.464,13 | 64.021,01 | 115.403,48 | 148.907,72 | 7.445,37 | 506.241,71 |
| Caibi | PP1 | 43.857,43 | 2.503,23 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 100.398,84 |
| Calmon | PP1 | 44.787,20 | 48.983,57 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 147.808,95 |
| Camboriú | MÉDIO/GRANDE | 128.776,17 | 121.200,33 | 132.340,49 | 175.966,14 | 8.798,29 | 567.081,42 |
| Campo Alegre | PP1 | 41.473,40 | 0,00 | 19.866,98 | 31.787,17 | 0,00 | 93.127,55 |
| Campo Belo do Sul | PP1 | 41.473,39 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.022,58 |
| Campo Erê | PP1 | 41.473,39 | 73.183,57 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 168.695,14 |
| Campos Novos | PP2 | 52.224,88 | 67.602,23 | 68.640,00 | 64.350,00 | 4.290,00 | 257.107,11 |
| Canelinha | PP1 | 41.473,39 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.022,58 |
| Canoinhas | MÉDIO | 170.464,13 | 57.990,25 | 115.403,48 | 148.907,72 | 7.445,37 | 500.210,95 |
| Capão Alto | PP1 | 42.403,16 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.952,35 |
| Capinzal | PP2 | 51.715,44 | 67.602,23 | 68.640,00 | 64.350,00 | 4.290,00 | 256.597,67 |
| Capivari de Baixo | PP2 | 55.442,38 | 66.471,82 | 68.640,00 | 64.350,00 | 4.290,00 | 259.194,20 |
| Catanduvas | PP1 | 41.473,39 | 49.984,86 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 145.496,44 |
| Caxambu do Sul | PP1 | 43.857,43 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 106.406,62 |
| Celso Ramos | PP1 | 41.926,36 | 9.512,30 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 105.476,85 |
| Cerro Negro | PP1 | 41.473,39 | 0,00 | 0,00 | 31.787,17 | 0,00 | 73.260,57 |
| Chapadão do Lageado | PP1 | 39.542,32 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 102.091,51 |

| | | | | | | | |
|------------------------|-----------|------------|------------|------------|------------|-----------|--------------|
| Chapecó | GRANDE | 398.657,87 | 130.480,02 | 162.450,75 | 224.070,00 | 11.203,50 | 926.862,14 |
| Cocal do Sul | PP1 | 39.542,32 | 72.182,27 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 165.762,77 |
| Concórdia | MÉDIO | 112.339,80 | 71.056,90 | 115.403,48 | 148.907,72 | 7.445,37 | 455.153,27 |
| Cordilheira Alta | PP1 | 44.787,20 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 107.336,39 |
| Coronel Freitas | PP1 | 42.403,16 | 49.984,86 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 146.426,21 |
| Coronel Martins | PP1 | 43.857,43 | 2.503,23 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 100.398,84 |
| Correia Pinto | PP1 | 39.542,32 | 46.980,97 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 140.561,47 |
| Corupá | PP1 | 44.787,20 | 9.011,65 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 107.837,03 |
| Criciúma | GRANDE | 345.307,87 | 98.458,83 | 162.450,75 | 224.070,00 | 11.203,50 | 841.490,95 |
| Cunha Porã | PP1 | 43.857,43 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 106.406,62 |
| Cunhataí | PP1 | 43.857,43 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 106.406,62 |
| Curitibanos | PP2 | 51.715,44 | 66.471,82 | 68.640,00 | 64.350,00 | 4.290,00 | 255.467,26 |
| Descanso | PP1 | 44.787,20 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 107.336,39 |
| Dionísio Cerqueira | PP1 | 80.038,25 | 50.485,51 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 184.561,95 |
| Dona Emma | PP1 | 40.472,09 | 10.012,95 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.523,22 |
| Doutor Pedrinho | PP1 | 35.251,04 | 0,00 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 89.289,22 |
| Entre Rios | PP1 | 43.857,43 | 9.011,65 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 106.907,26 |
| Ermo | PP1 | 43.857,43 | 9.512,30 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 107.407,91 |
| Erval Velho | PP1 | 39.542,32 | 48.983,57 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 142.564,07 |
| Faxinal dos Guedes | PP1 | 41.473,39 | 48.983,57 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 144.495,14 |
| Flor do Sertão | PP1 | 44.787,20 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 107.336,39 |
| Florianópolis | GRANDE | 555.430,84 | 186.610,44 | 162.450,75 | 224.070,00 | 11.203,50 | 1.139.765,53 |
| Formosa do Sul | PP1 | 43.857,43 | 2.002,58 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 99.898,19 |
| Forquilha | PP2 | 52.761,13 | 67.602,23 | 68.640,00 | 64.350,00 | 4.290,00 | 257.643,36 |
| Fraiburgo | PP2 | 55.442,38 | 68.167,44 | 68.640,00 | 64.350,00 | 4.290,00 | 260.889,82 |
| Frei Rogério | PP1 | 41.473,39 | 3.003,87 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 98.515,45 |
| Galvão | PP1 | 39.542,32 | 2.002,58 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 95.583,08 |
| Garopaba | PP1/PP2 | 45.160,53 | 56.327,11 | 37.425,26 | 43.509,79 | 3.070,18 | 185.492,87 |
| Garuva | PP1 | 42.403,16 | 48.983,57 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 145.424,91 |
| Gaspar | MÉDIO | 176.978,84 | 71.056,90 | 115.403,48 | 148.907,72 | 7.445,37 | 519.792,31 |
| Governador Celso Ramos | PP1 | 39.542,32 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 102.091,51 |
| Grão Pará | PP1 | 41.473,39 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.022,58 |
| Gravatal | PP1 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Guabiruba | PP1/PP2 | 38.658,92 | 8.906,10 | 37.425,26 | 43.509,79 | 3.070,18 | 131.570,25 |
| Guaraciaba | PP1 | 43.857,43 | 9.011,65 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 106.907,26 |
| Guaramirim | PP2 | 100.159,77 | 67.037,02 | 68.640,00 | 64.350,00 | 4.290,00 | 304.476,79 |
| Guarujá do Sul | PP1 | 39.542,32 | 6.508,41 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 100.088,91 |
| Guatambú | PP1 | 43.857,43 | 6.508,41 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.404,02 |
| Herval D'oeste | PP2 | 51.715,44 | 67.602,23 | 68.640,00 | 64.350,00 | 4.290,00 | 256.597,67 |
| Ibiam | PP1 | 37.635,09 | 0,00 | 0,00 | 31.787,17 | 2.384,03 | 71.806,30 |
| Ibicaré | PP1 | 35.251,04 | 0,00 | 0,00 | 31.787,17 | 2.384,03 | 69.422,25 |
| Ibirama | PP1 | 43.857,43 | 10.012,95 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 107.908,56 |
| Içara | MÉDIO | 117.616,72 | 65.026,14 | 115.403,48 | 148.907,72 | 7.445,37 | 454.399,44 |
| Ilhota | PP1 | 41.926,36 | 10.012,95 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 105.977,49 |
| Imarú | PP1 | 44.787,20 | 10.012,95 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 108.838,33 |
| Imbituba | PP2/MÉDIO | 105.642,94 | 66.674,83 | 85.474,85 | 94.790,78 | 5.425,93 | 358.009,33 |
| Imbuia | PP1 | 41.473,39 | 6.508,41 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 102.019,99 |
| Indaial | MÉDIO | 201.226,66 | 71.056,90 | 115.403,48 | 148.907,72 | 7.445,37 | 544.040,13 |
| Iomerê | PP1 | 42.403,16 | 0,00 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 96.441,35 |
| Ipira | PP1 | 44.787,20 | 10.012,95 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 108.838,33 |
| Iporã do Oeste | PP1 | 44.787,20 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 107.336,39 |
| Ipuacu | PP1 | 41.473,39 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.022,58 |
| Ipumirim | PP1 | 44.787,20 | 9.512,30 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 108.337,68 |
| Iraceminha | PP1 | 43.857,43 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 106.406,62 |
| Irani | PP1 | 41.926,36 | 50.485,51 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 146.450,05 |
| Irati | PP1 | 41.926,36 | 0,00 | 0,00 | 31.787,17 | 0,00 | 73.713,54 |
| Irineópolis | PP1 | 42.403,16 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.952,35 |
| Itá | PP1 | 39.542,32 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 102.091,51 |
| Itaiópolis | PP2 | 44.717,38 | 10.738,93 | 68.640,00 | 64.350,00 | 4.290,00 | 192.736,31 |
| Itajaí | GRANDE | 238.607,87 | 98.458,83 | 162.450,75 | 224.070,00 | 11.203,50 | 734.790,95 |
| Itapema | PP2/MÉDIO | 105.642,94 | 69.207,64 | 85.474,85 | 94.790,78 | 5.425,93 | 360.542,14 |
| Itapiranga | PP1 | 41.473,39 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.022,58 |
| Itapoá | PP1/PP2 | 46.132,03 | 8.906,10 | 37.425,26 | 43.509,79 | 3.070,18 | 139.043,36 |
| Ituporanga | PP2 | 51.715,44 | 66.471,82 | 68.640,00 | 64.350,00 | 4.290,00 | 255.467,26 |
| Jaborá | PP1 | 44.787,20 | 10.012,95 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 108.838,33 |
| Jacinto Machado | PP1 | 41.473,39 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.022,58 |
| Jaguaruna | PP1/PP2 | 45.160,53 | 8.906,10 | 37.425,26 | 43.509,79 | 3.070,18 | 138.071,86 |
| Jaraguá do Sul | GRANDE | 398.657,87 | 138.210,44 | 162.450,75 | 224.070,00 | 11.203,50 | 934.592,56 |
| Jardinópolis | PP1 | 44.787,20 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 107.336,39 |
| Joaçaba | PP2 | 54.396,69 | 68.167,44 | 68.640,00 | 64.350,00 | 4.290,00 | 259.844,14 |
| Joinville | GRANDE | 513.760,50 | 267.031,64 | 162.450,75 | 224.070,00 | 11.203,50 | 1.178.516,39 |
| José Boiteux | PP1 | 41.473,39 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.022,58 |
| Jupirá | PP1 | 42.403,16 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.952,35 |

| | | | | | | | |
|----------------------------|-----------|------------|------------|------------|------------|-----------|--------------|
| Lacerdópolis | PP1 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 31.787,17 | 0,00 | 31.787,17 |
| Lages | GRANDE | 457.133,47 | 242.831,64 | 162.450,75 | 224.070,00 | 11.203,50 | 1.097.689,37 |
| Laguna | MÉDIO/PP2 | 105.831,44 | 85.243,61 | 98.568,62 | 118.466,94 | 6.309,43 | 414.420,04 |
| Lajeado Grande | PP1 | 41.473,39 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.022,58 |
| Laurentino | PP1 | 44.787,20 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 107.336,39 |
| Lauro Muller | PP1 | 43.857,43 | 46.980,97 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 144.876,58 |
| Lebon Régis | PP1 | 44.787,20 | 48.983,57 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 147.808,95 |
| Leoberto Leal | PP1 | 41.473,39 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.022,58 |
| Lindóia do Sul | PP1 | 42.856,12 | 6.508,41 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 103.402,72 |
| Lontras | PP1 | 43.857,43 | 50.485,51 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 148.381,12 |
| Luiz Alves | PP1 | 40.472,09 | 6.508,41 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 101.018,68 |
| Luzerna | PP1 | 44.787,20 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 107.336,39 |
| Macieira | PP1 | 42.403,16 | 2.002,58 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 98.443,93 |
| Mafra | MÉDIO | 120.157,47 | 64.021,01 | 115.403,48 | 148.907,72 | 7.445,37 | 455.935,05 |
| Major Gercino | PP1 | 41.473,39 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.022,58 |
| Major Vieira | PP1 | 43.857,43 | 9.011,65 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 106.907,26 |
| Maracajá | PP1 | 44.787,20 | 2.002,58 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 100.827,96 |
| Maravilha | PP2 | 55.442,38 | 66.471,82 | 68.640,00 | 64.350,00 | 4.290,00 | 259.194,20 |
| Marema | PP1 | 44.787,20 | 0,00 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 98.825,38 |
| Massaranduba | PP1 | 39.542,32 | 48.983,57 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 142.564,07 |
| Matos Costa | PP1 | 41.473,40 | 0,00 | 0,00 | 31.787,17 | 2.384,03 | 75.644,61 |
| Meleiro | PP1 | 43.857,43 | 10.012,95 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 107.908,56 |
| Mirim Doce | PP1 | 39.542,32 | 0,00 | 0,00 | 31.787,17 | 2.384,03 | 73.713,53 |
| Modelo | PP1 | 44.787,20 | 2.002,58 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 100.827,96 |
| Mondai | PP1 | 42.403,16 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.952,35 |
| Monte Carlo | PP1 | 41.473,39 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.022,58 |
| Monte Castelo | PP1 | 41.926,36 | 50.485,51 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 146.450,05 |
| Morro da Fumaça | PP1 | 39.542,32 | 49.984,86 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 143.565,36 |
| Morro Grande | PP1 | 41.473,39 | 2.002,58 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 97.514,16 |
| Navegantes | MÉDIO | 120.157,47 | 65.026,14 | 115.403,48 | 148.907,72 | 7.445,37 | 456.940,18 |
| Nova Erechim | PP1 | 44.787,20 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 107.336,39 |
| Nova Itaberaba | PP1 | 41.926,36 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.475,55 |
| Nova Trento | PP1 | 41.926,36 | 9.512,30 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 105.476,85 |
| Nova Veneza | PP1 | 44.787,20 | 50.485,51 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 149.310,89 |
| Novo Horizonte | PP1 | 42.403,16 | 2.002,58 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 98.443,93 |
| Orleans | PP2 | 54.396,69 | 67.602,23 | 68.640,00 | 64.350,00 | 4.290,00 | 259.278,92 |
| Otacílio Costa | PP1 | 44.787,20 | 10.012,95 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 108.838,33 |
| Ouro | PP1 | 43.857,43 | 9.512,30 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 107.407,91 |
| Ouro Verde | PP1 | 43.857,43 | 0,00 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 97.895,61 |
| Paial | PP1 | 44.787,20 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 107.336,39 |
| Painel | PP1 | 43.857,43 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 106.406,62 |
| Palhoça | GRANDE | 297.083,47 | 138.210,44 | 162.450,75 | 224.070,00 | 11.203,50 | 833.018,16 |
| Palma Sola | PP1 | 40.472,09 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 103.021,28 |
| Palmeira | PP1 | 39.542,32 | 6.508,41 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 100.088,91 |
| Palmitos | PP1 | 41.473,39 | 48.983,57 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 144.495,14 |
| Papanduva | PP1 | 42.403,16 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.952,35 |
| Paraíso | PP1 | 39.542,32 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 0,00 | 99.707,47 |
| Passo de Torres | PP1 | 44.787,20 | 6.508,41 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 105.333,79 |
| Passos Maia | PP1 | 41.473,39 | 6.508,41 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 102.019,99 |
| Paulo Lopes | PP1 | 41.926,36 | 6.508,41 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 102.472,96 |
| Pedras Grandes | PP1 | 39.542,32 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 102.091,51 |
| Penha | PP2 | 47.398,63 | 68.167,44 | 68.640,00 | 64.350,00 | 4.290,00 | 252.846,07 |
| Peritiba | PP1 | 43.857,43 | 2.002,58 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 99.898,19 |
| Pescaria Brava | PP1 | 35.251,04 | 0,00 | 0,00 | 31.787,17 | 2.384,03 | 69.422,25 |
| Petrolândia | PP1 | 42.403,16 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.952,35 |
| Pinhalzinho | PP1/PP2 | 86.310,49 | 56.327,11 | 37.425,26 | 43.509,79 | 3.070,18 | 226.642,83 |
| Pinheiro Preto | PP1 | 42.856,12 | 0,00 | 0,00 | 31.787,17 | 2.384,03 | 77.027,33 |
| Piratuba | PP1 | 44.787,20 | 0,00 | 0,00 | 31.787,17 | 0,00 | 76.574,37 |
| Planalto Alegre | PP1 | 44.787,20 | 10.012,95 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 108.838,33 |
| Pomerode | PP2 | 44.717,38 | 66.471,82 | 68.640,00 | 64.350,00 | 4.290,00 | 248.469,20 |
| Ponte Alta | PP1 | 41.926,36 | 9.011,65 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.976,19 |
| Ponte Alta do Norte | PP1 | 44.787,20 | 7.509,71 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 106.335,09 |
| Ponte Serrada | PP1 | 43.857,43 | 49.984,86 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 147.880,47 |
| Porto Belo | PP1/PP2 | 45.160,53 | 55.279,33 | 37.425,26 | 43.509,79 | 3.070,18 | 184.445,09 |
| Porto União | PP2 | 100.159,77 | 116.567,44 | 68.640,00 | 64.350,00 | 4.290,00 | 354.007,21 |
| Pouso Redondo | PP1 | 41.473,39 | 9.011,65 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.523,23 |
| Praia Grande | PP1 | 44.787,20 | 2.002,58 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 100.827,96 |
| Presidente Castello Branco | PP1 | 37.635,08 | 0,00 | 19.866,98 | 31.787,17 | 0,00 | 89.289,23 |
| Presidente Getúlio | PP1/PP2 | 48.623,06 | 9.429,99 | 37.425,26 | 43.509,79 | 3.070,18 | 142.058,28 |
| Presidente Nereu | PP1 | 43.857,43 | 10.012,95 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 107.908,56 |
| Princesa | PP1 | 43.857,43 | 6.508,41 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.404,02 |
| Quilombo | PP1 | 41.926,36 | 48.983,57 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 144.948,11 |
| Rancho Queimado | PP1 | 35.251,04 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 97.800,23 |

| | | | | | | | |
|------------------------------|--------------|------------|------------|------------|------------|-----------|------------|
| Rio das Antas | PP1 | 44.787,20 | 49.484,22 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 148.309,60 |
| Rio do Campo | PP1 | 43.857,43 | 10.012,95 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 107.908,56 |
| Rio do Oeste | PP1 | 39.542,32 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 102.091,51 |
| Rio do Sul | MÉDIO | 271.077,47 | 71.056,90 | 115.403,48 | 148.907,72 | 7.445,37 | 613.890,94 |
| Rio dos Cedros | PP1 | 37.635,08 | 2.002,58 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 93.675,85 |
| Rio Fortuna | PP1 | 39.542,32 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 102.091,51 |
| Rio Negrinho | PP2 | 52.761,13 | 68.167,44 | 68.640,00 | 64.350,00 | 4.290,00 | 258.208,57 |
| Rio Rufino | PP1 | 44.787,20 | 6.508,41 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 105.333,79 |
| Riqueza | PP1 | 44.787,20 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 107.336,39 |
| Rodeio | PP1 | 35.251,04 | 9.011,65 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 98.300,87 |
| Romelândia | PP1 | 44.787,20 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 107.336,39 |
| Salete | PP1 | 42.856,12 | 10.012,95 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 106.907,25 |
| Saltinho | PP1 | 44.787,20 | 10.012,95 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 108.838,33 |
| Salto Veloso | PP1 | 42.403,16 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.952,35 |
| Sangão | PP1 | 43.857,43 | 10.012,95 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 107.908,56 |
| Santa Cecília | PP1 | 42.403,16 | 50.485,51 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 146.926,85 |
| Santa Helena | PP1 | 42.403,16 | 2.002,58 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 98.443,93 |
| Santa Rosa de Lima | PP1 | 37.635,08 | 10.012,95 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 101.686,21 |
| Santa Rosa do Sul | PP1 | 43.857,43 | 9.512,30 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 107.407,91 |
| Santa Terezinha | PP1 | 37.635,08 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 100.184,27 |
| Santa Terezinha do Progresso | PP1 | 43.857,43 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 106.406,62 |
| Santiago do Sul | PP1 | 39.542,32 | 2.002,58 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 95.583,08 |
| Santo Amaro da Imperatriz | PP1/PP2 | 43.142,79 | 56.851,00 | 37.425,26 | 43.509,79 | 3.070,18 | 183.999,02 |
| São Bento do Sul | MÉDIO | 170.464,13 | 71.056,90 | 115.403,48 | 148.907,72 | 7.445,37 | 513.277,60 |
| São Bernardino | PP1 | 39.542,32 | 6.508,41 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 100.088,91 |
| São Bonifácio | PP1 | 35.251,04 | 2.002,58 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 91.291,81 |
| São Carlos | PP1 | 43.857,43 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 106.406,62 |
| São Cristovão do Sul | PP1 | 44.787,20 | 0,00 | 0,00 | 31.787,17 | 2.384,03 | 78.958,40 |
| São Domingos | PP1 | 43.857,43 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 106.406,62 |
| São Francisco do Sul | PP2/MÉDIO | 203.163,29 | 66.674,83 | 85.474,85 | 94.790,78 | 5.425,93 | 455.529,68 |
| São João Batista | PP2 | 55.442,38 | 67.602,23 | 68.640,00 | 64.350,00 | 4.290,00 | 260.324,61 |
| São João do Itaperiú | PP1 | 44.787,20 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 107.336,39 |
| São João do Oeste | PP1 | 42.403,16 | 32.711,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 129.152,35 |
| São João do Sul | PP1 | 41.473,39 | 9.512,30 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 105.023,88 |
| São Joaquim | PP2 | 51.715,44 | 68.167,44 | 68.640,00 | 64.350,00 | 4.290,00 | 257.162,89 |
| São José | GRANDE | 288.680,84 | 162.410,44 | 162.450,75 | 224.070,00 | 11.203,50 | 848.815,53 |
| São José do Cedro | PP1 | 43.857,43 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 106.406,62 |
| São José do Cerrito | PP1 | 41.473,39 | 6.508,41 | 0,00 | 31.787,17 | 2.384,03 | 82.153,01 |
| São Lourenço do Oeste | PP2 | 52.761,13 | 67.602,23 | 68.640,00 | 64.350,00 | 4.290,00 | 257.643,36 |
| São Ludgero | PP1 | 39.542,32 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 102.091,51 |
| São Martinho | PP1 | 39.542,32 | 6.508,41 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 100.088,91 |
| São Miguel da Boa Vista | PP1 | 43.857,43 | 9.011,65 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 106.907,26 |
| São Miguel do Oeste | PP2 | 99.114,08 | 68.167,44 | 68.640,00 | 64.350,00 | 4.290,00 | 304.561,53 |
| São Pedro de Alcântara | PP1 | 35.251,04 | 6.508,41 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 95.797,64 |
| Saudades | PP1 | 41.473,39 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.022,58 |
| Schroeder | PP1/PP2 | 45.160,53 | 55.279,33 | 37.425,26 | 43.509,79 | 3.070,18 | 184.445,09 |
| Seara | PP1 | 43.857,43 | 9.011,65 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 106.907,26 |
| Serra Alta | PP1 | 43.857,43 | 2.002,58 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 99.898,19 |
| Siderópolis | PP1 | 41.473,39 | 49.484,22 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 144.995,80 |
| Sombrio | PP2 | 49.543,63 | 66.471,82 | 68.640,00 | 64.350,00 | 4.290,00 | 253.295,45 |
| Sul Brasil | PP1 | 43.857,43 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 106.406,62 |
| Taió | PP1 | 39.542,32 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 102.091,51 |
| Tangará | PP1 | 39.542,32 | 9.011,65 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 102.592,15 |
| Tigrinhos | PP1 | 43.857,43 | 49.984,86 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 147.880,47 |
| Tijucas | PP2/MÉDIO | 61.390,80 | 63.418,45 | 85.474,85 | 94.790,78 | 5.425,93 | 310.500,81 |
| Timbé do Sul | PP1 | 44.787,20 | 2.002,58 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 100.827,96 |
| Timbó | PP2 | 52.761,13 | 67.037,02 | 68.640,00 | 64.350,00 | 4.290,00 | 257.078,15 |
| Timbó Grande | PP1 | 42.403,16 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.952,35 |
| Três Barras | PP1 | 41.926,36 | 10.012,95 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 105.977,49 |
| Treviso | PP1 | 42.403,16 | 6.508,41 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 102.949,76 |
| Treze de Maio | PP1 | 44.787,20 | 9.512,30 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 108.337,68 |
| Treze Tilias | PP1 | 39.542,32 | 2.002,58 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 95.583,08 |
| Trombudo Central | PP1 | 43.857,43 | 10.012,95 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 107.908,56 |
| Tubarão | MÉDIO/GRANDE | 175.789,87 | 68.349,91 | 132.340,49 | 175.966,14 | 8.798,29 | 561.244,70 |
| Tunápolis | PP1 | 44.787,20 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 107.336,39 |
| Turvo | PP1 | 44.787,20 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 107.336,39 |
| União do Oeste | PP1 | 44.787,20 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 107.336,39 |
| Urubici | PP1 | 41.473,39 | 9.512,30 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 105.023,88 |
| Urupema | PP1 | 41.473,39 | 6.508,41 | | 31.787,17 | 2.384,03 | 82.153,01 |
| Urussanga | PP2 | 52.761,13 | 66.471,82 | 68.640,00 | 64.350,00 | 4.290,00 | 256.512,95 |
| Vargeão | PP1 | 42.403,16 | 9.512,30 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 105.953,65 |
| Vargem | PP1 | 43.857,43 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 106.406,62 |
| Vargem Bonita | PP1 | 41.926,36 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 104.475,55 |

| | | | | | | | |
|----------------|-----------|----------------------|---------------------|----------------------|----------------------|-------------------|----------------------|
| Vidal Ramos | PP1 | 44.787,20 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 107.336,39 |
| Videira | PP2/MÉDIO | 105.642,94 | 63.418,45 | 85.474,85 | 94.790,78 | 5.425,93 | 354.752,95 |
| Vitor Meireles | PP1 | 43.857,43 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 106.406,62 |
| Witmarsum | PP1 | 40.472,09 | 8.511,01 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 103.021,28 |
| Xanxerê | PP2/MÉDIO | 104.059,03 | 63.418,45 | 85.474,85 | 94.790,78 | 5.425,93 | 353.169,04 |
| Xavantina | PP1 | 42.856,12 | 9.512,30 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 106.406,61 |
| Xaxim | PP2 | 100.159,77 | 92.367,44 | 68.640,00 | 64.350,00 | 4.290,00 | 329.807,21 |
| Zortéa | PP1 | 41.473,39 | 0,00 | 19.866,98 | 31.787,17 | 2.384,03 | 95.511,58 |
| TOTAL | | 18.780.477,68 | 8.361.944,99 | 10.676.278,18 | 14.852.037,04 | 946.707,28 | 53.617.445,16 |